



ACÓRDÃO Nº379/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11717/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA ZONA SUL
- 4- **Responsável:** Juceline Fayal de Freitas (Ordenador de Despesa), Maria do Socorro Judith Bezerra (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2018
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 748/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul - SPA ZONA SUL. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Senhora **Maria do Socorro Judith Bezerra**, Diretora-Geral do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul, período de 01/01/2018 à 23/08/2018, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos da Resolução TCE nº 04/2002, pelo atraso no envio do balancete mensal e pelo fracionamento de despesas;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Senhora **Juceline Fayal de Freitas**, Diretora-Geral do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul, período de 24/08/2018 à 31/12/2018, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei AM nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, todos da Resolução TCE nº 04/2002, pela ausência do Relatório e Certificado de Auditoria e pelo fracionamento de despesas;
- 10.3. **Aplicar Multa** no valor de **R\$ 1.706,79** à Senhora **Maria do Socorro Judith Bezerra**, Diretora-Geral do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul, período de 01/01/2018 à 23/08/2018, nos termos do art. 54, inciso I, alínea “a”, da Lei 2.423/1996, que deverá ser recolhida no prazo de 30



ACÓRDÃO Nº379/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo atraso no envio do balancete mensal, referente ao mês de março de 2018. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 15.000,00** à Senhora **Maria do Socorro Judith Bezerra**, Diretora-Geral do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul, período de 01/01/2018 à 23/08/2018, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei 2.423/1996, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo cometimento de graves infrações às normas legais ou regulamentares, devido ao fracionamento de despesas (25% da execução financeira), condutas em desconformidade com a Lei 8.666/93.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa** no valor de **R\$ 14.000,00** à Senhora **Juceline Fayal de Freitas**, Diretora-Geral do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul, período de 24/08/2018 à 31/12/2018, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei 2.423/1996, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, pelo cometimento de graves infrações às normas legais ou regulamentares, devido à ausência do Relatório e Certificado de Auditoria e pelo fracionamento de despesas (10% da execução financeira), condutas em desconformidade com a LO-TCE/AM e a Lei de Licitações.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



ACÓRDÃO Nº379/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Dar ciência desta decisão às Senhoras Maria do Socorro Judith Bezerra e Juceline Fayal de Freitas.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Abril de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral